

**HABEAS CORPUS Nº 570.274 - BA (2020/0078818-1)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : FABIANO DE SOUZA MELO**  
**ADVOGADO : FABIANO DE SOUZA MELO - PE030826**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**  
**PACIENTE : A N DA S (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**

**DECISÃO**

**A. N. DA S.** aponta ilegalidade na decisão proferida por Desembargador do **Tribunal de Justiça do Estado da Bahia** no Habeas Corpus n. 8007176-78.2020.8.05.0000, em que foi **indeferida a liminar**.

A defesa sustenta que o ora paciente – condenado à pena de 12 anos de reclusão, em regime fechado, pela prática do delito descrito no art. 217-A, na forma do art. 71, ambos do Código Penal –, é idoso, o que o coloca em risco para a contração da Covid-19.

Assim, requer, liminarmente, **a concessão de segregação domiciliar**, diante da pandemia do coronavírus.

Pretende, ainda, que seja determinado ao Juízo de origem o encaminhamento de sua guia de recolhimento e demais documentos, a fim de que seja feito o cadastramento seu processo junto à Vara de Execuções Penais. Salienta que o equívoco do cartório em não fazê-lo, inviabiliza qualquer possibilidade de requerimentos junto ao juízo competente pela defesa.

**Decido.**

De acordo com o explicitado na Constituição Federal (art. 105, I, "c"), não compete a este Superior Tribunal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão denegatória de liminar, por desembargador, antes de prévio pronunciamento do órgão colegiado de segundo grau.

Em verdade, o remédio heroico, em que pese sua altivez e grandeza como garantia constitucional de proteção da liberdade humana, não deve servir de instrumento para que se afastem as regras de competência e se submetam à apreciação das mais altas Cortes do país, em poucos dias, decisões de primeiro grau às quais se atribui suposta ilegalidade, **salvo se**

**evidenciada, sem necessidade de exame mais vertical**, a apontada violação ao direito de liberdade do paciente.

Somente em tal hipótese a jurisprudência, tanto do STJ quanto do STF, admite o excepcional afastamento do rigor da Súmula n. 691 do STF (aplicável ao STJ), expressa nos seguintes termos: "Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar."

Não contribui para a higidez do sistema de justiça criminal que, salvo hipóteses excepcionais, pedidos de habeas corpus ainda não previamente apreciados por um órgão colegiado, nem sequer instruídos com as informações do Juiz de primeiro grau e o parecer do órgão do Ministério Público Federal, sejam decididos de maneira precária, por magistrado que não dispõe de todos os documentos necessários para formar sua convicção.

Outrossim, cabe referenciar **aspecto de natureza funcional de extrema importância para quem se preocupa não apenas com implicações subjetivas do exercício da jurisdição, mas também com a própria saúde das relações entre jurisdicionados e órgãos judicantes**: se qualquer decisão da lavra de magistrado de primeiro grau pudesse ser, de forma quase direta e natural, revisada pelos Tribunais Superiores, o sistema de justiça criminal entraria em colapso, mormente em um país continental como o Brasil, com população superior a 200 milhões de habitantes, e com um Poder Judiciário fracionado em mais de 18 mil magistrados, já incumbidos do exame de quase uma centena de milhões de processos (dados do CNJ).

Notório, pois, o **prejuízo ao poder de julgar de maneira organizada, acurada e correta**, ante as limitações da capacidade dos órgãos jurisdicionais superiores, os quais, premidos pelo dever de prestar jurisdição, acabam por sacrificar as competências constitucionais que lhes são próprias para, **em prejuízo de outros jurisdicionados**, analisar ações que, em muitos casos, ainda não foram devidamente deslindadas nas instâncias ordinárias.

**O prejuízo** derivado da supressão de instâncias e da consequente prodigalidade do uso de recursos e ações **judiciais não alcança, vale acentuar, somente os jurisdicionados em geral, mas também o próprio postulante da tutela de urgência, ante a possibilidade de que o antecipado e precário exame da matéria objeto da postulação acarrete:**  
(a) **o retardo** no deslinde das centenas de postulações regularmente

endereçadas à Corte Superior, **anteriormente distribuídas** (com prioridade temporal, portanto), com **igual relevância temática** e que observaram o devido trâmite de instâncias; (b) **eventual repercussão** no reexame futuro da questão posta pelo requerente, em prejuízo do paciente – dado o incontornável dever judicial de motivação do ato decisório –, antes que se tenham examinado pela justiça de segundo grau todos os argumentos explicitados na impetração.

São preocupações que deveriam ser sopesadas por todos os sujeitos processuais, para que se busque alcançar um maior **equilíbrio entre o fundamental direito de acesso ao Judiciário e o dever funcional de prestar jurisdição com qualidade, celeridade e justiça**.

Na espécie, o Desembargador relator do TJPB, ao indeferir a medida de urgência, assentou que "**não foi narrado ou colacionado na presente impetração qualquer documento, notadamente o relatório médico de que trata o art. 2º, III, que evidencie estar o paciente em situação que exija a concessão imediata da apontada medida**" (fl. 89, grifei).

Assim, constato, à primeira vista, que o pedido foi indeferido fundamentadamente, considerando a ausência de comprovação da necessidade da medida, pois ausentes documentos que demonstrem doenças preexistentes ou situação de risco em decorrência da saúde do paciente – a par da sua idade.

O Desembargador ressaltou, ainda, que a medida será minuciosamente avaliada pelo colegiado, a partir das informações a serem prestadas pelo Juízo de origem, o que impede a sua análise diretamente por esta Corte Superior, sob pena de incidir em indevida **supressão de instância**.

É certo de que já me manifestei em recentes oportunidades que, ante a crise mundial do coronavírus e, especialmente, a iminente gravidade do quadro nacional, intervenções e atitudes mais ousadas são demandadas das autoridades, inclusive do Poder Judiciário, sendo apropriado o exame da manutenção da medida mais gravosa com outro olhar; porém, sempre com ressalva quanto à necessidade inarredável da segregação preventiva, sobretudo nos casos de crimes cometidos com particular violência ou gravidade.

Rememoro que, na espécie, conforme ressaltado no *decisum* que ora pretende seja revogado, **o paciente foi condenado à pena de 12**

**anos de reclusão, em regime fechado, pela prática do delito de estupro de vulnerável, por diversas vezes e contra três vítimas.**

De qualquer modo, a par do cenário indicado, entendo que as instâncias ordinárias têm maiores condições de analisar a alegada situação de risco frente à nova realidade, por estarem mais próximos da situação carcerária e das medidas adotadas pelas autoridades da área de segurança e de saúde da localidade onde o paciente encontra-se custodiado, o que demonstra que a apreciação do pedido diretamente por esta Corte, tal qual como deduzido neste *writ*, suprimiria da qualificada defesa a ampla discussão em torno da necessidade da prisão domiciliar.

Mister ressaltar que o Poder Judiciário não está inerte à realidade do quadro mundial afetado pela pandemia de Covid-19, o que se pode inferir da pronta atuação do Conselho Nacional de Justiça, por meio da Resolução n. 62/2020-CNJ, bem como mediante o olhar atento do Supremo Tribunal Federal, que, em 23/3/2020, solicitou informações aos órgãos competentes acerca das medidas que estão sendo tomadas em cada um dos presídios brasileiros, no bojo do HC n. 143.641, Relator Ministro Ricardo Lewandowski.

Identifico, ainda, a perda de objeto em relação à determinação de expedição da guia de recolhimento e cadastramento do processo de execução. Isso porque, de acordo com a decisão impugnada, a Vara de origem, "em 25/03/2020, às 13h30min, conseguiu finalizar o cadastramento da referida guia" (fl. 89), que será remetida ao Juízo competente para as providências cabíveis.

Portanto, não identifico ilegalidade manifesta na decisão impugnada. Ressalto, todavia, que a análise feita nesta oportunidade não preclui o exame mais acurado da matéria, em eventual impetração que venha a ser aforada, já a partir da decisão colegiada do Tribunal *a quo*.

À vista do exposto, com fundamento no art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente** o recurso habeas corpus.

Publique-se e intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 03 de abril de 2020.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**